



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

RAYLSSON SANTOS ALMEIDA

**AVALIAÇÃO DOS RECURSOS DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO SITE
DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**

FORTALEZA

2022

RAYLSSON SANTOS ALMEIDA

AVALIAÇÃO DOS RECURSOS DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO SITE
DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia. Área de concentração: Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo de Souza

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- A45a Almeida, Raylsson Santos.
Avaliação dos recursos de recuperação da informação no site do Diário Oficial da União.
/ Raylsson Santos Almeida. – 2022.
40 f.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Biblioteconomia, Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Osvaldo de Souza.
1. Diário Oficial da União. 2. Imprensa Nacional. 3. Lei de Acesso à Informação. 4. Recuperação da Informação. I. Título.

CDD 020

RAYLSSON SANTOS ALMEIDA

AVALIAÇÃO DOS RECURSOS DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO SITE
DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia. Área de concentração: Biblioteconomia.

Aprovada em: __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Osvaldo de Souza (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Arnaldo Nunes Da Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Hamilton Rodrigues Tabosa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

Aos meus pais, Paulo de Oliveira Almeida
e Cilorraine Santos Almeida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que participaram desse trabalho, que, de início, parecia impossível e depois tornou-se certeza. Realmente, sozinhos na podemos fazer. Sou grato a todos que acreditaram em mim.

Primeiro a Deus que deu sentido e sustentação na minha vida.

À minha família, em especial a minha querida mãe que foi a primeira pessoa a participar de todos meus passos.

Não poderia de agradecer ao meu orientador Osvaldo de Souza, que foi objetivo, atencioso e humano.

Um agradecimento muito especial ao professor Hamilton Rodrigues Tabosa, que me acompanhou na retomada as salas de aula, com a elaboração de planos de estudos e orientações não só acadêmicas, mas também pessoais que fizeram toda a diferença na minha vida.

Pelo professor Arnaldo Nunes da Silva por sua disponibilidade para compor a minha banca de monografia, assim como o Hamilton.

Sem o suporte da Coordenação e Departamento do Curso, com todos funcionários e servidores que fazem parte do quadro desta instituição, não haveria chances para a realização deste trabalho, bem como a ajuda dos meus pais e da minha esposa, que nunca desistiram de mim.

À minha virtuosa esposa que sempre me motivou a finalizar essa importante etapa da minha vida, que tenho certeza de que abrirá muitas portas.

A todos meus colegas da UFC que participaram de alguma forma na minha primeira formação superior.

“Quando desistir não é uma opção, o sucesso é inevitável.” (Autor Desconhecido)

RESUMO

O Diário Oficial da União (DOU) é um dos veículos de comunicação oficial pelo qual a Imprensa Nacional tem de tornar público todo e qualquer assunto acerca do âmbito federal, o surgimento do DOU trouxe transparência e acesso de forma padronizada dos atos públicos, contribuindo no avanço e cumprimento da Lei de Acesso à Informação – LAI, destacando sua importância na consolidação da democracia no País. A partir desta contextualização a pesquisa analisa as ferramentas de busca e recuperação da informação no portal da Imprensa Nacional – IN do Brasil que dá acesso ao DOU. Neste trabalho foram abordados os recursos disponíveis no sistema e resultados de busca, prioritariamente na Seção de N°03 do DOU, e verificado a relevância dos mecanismos de pesquisa do portal da IN e sua eficácia relacionado a recuperação de informação mediante os resultados de busca. Foram descritas e apresentadas em imagens as ferramentas de busca no portal do Governo, na realização de uma busca de forma simples e avançada. Por fim, notou-se eficiência dos mecanismos de busca, porém há necessidade de mais estudos relacionados ao tema.

Palavras-chave: diário oficial da união; imprensa nacional; lei de acesso à informação; recuperação da informação.

ABSTRACT

The Government of Brazil's Gazette ('Diário Oficial da União' or 'DOU') is one of the official communication vehicles through which the national press has to make public any and all matters concerning the federal jurisdiction. The emergence of the DOU brought transparency and standardized access to public acts, contributing to the advancement and compliance with Brazil's Access to Information Act (Lei de Acesso à Informação – LAI), highlighting its importance in the consolidation of democracy in the country. Furthermore, this research analyzes the search and information retrieval tools on the website of the National Press (Imprensa Nacional – IN) which gives access to the DOU. In this work, the resources available in the system and search results were examined, primarily in Section N°03 of the DOU, and the relevance of the search engines of the IN portal and their effectiveness related to information retrieval through the search results were verified. The search tools on the Government portal were described and presented in images, performing a search in both a simple and an advanced way. Finally, the efficiency of search engines was noted, but there is a need for more studies related to the topic..

Keywords: official journal of the union; national press; brazil's access to information act; information retrieval.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Imagem da página inicial do site da Imprensa Nacional 15
- Figura 2 – Tela da pesquisa realizada no modo simples, usaremos como exemplo, o seguinte nome: “raylsson santos almeida”, para efetuar a busca. Colocamos o comando “entre aspas” para que seja efetuada a busca pela ocorrência exata de tudo que está entre as aspas, agrupado da mesma forma 24
- Figura 3 – Esta tela é o resultado da pesquisa anterior, tendo como um total de 3 resultados para “raylsson santos almeida”, o qual já percebemos 03 (três) ferramentas que são: Organização Principal, Organização Subordinada e Tipo de Ato, que possibilitam o refinamento da busca 24
- Figura 4 – Foi apresentado os três resultados de publicações, com as devidas informações da seção publicada, o número da edição, a data de publicação e a página do referido jornal oficial. Uma página pode apresentar até 20 resultados de pesquisa e não existem limites de páginas 25
- Figura 5 – Clicamos no primeiro resultado da pesquisa realizada anteriormente e tivemos acesso a publicação oficial não certificada. Para ter acesso a versão certificada deve-se clicar no botão “versão certificada” ou “diário completo” 25
- Figura 6 – Clicando no botão “versão certificada” temos acesso ao jornal de publicação com as referidas informações necessária para a rápida identificação 26
- Figura 7 – No final da página no canto esquerdo de cada jornal, existe um código de verificação, para validar e certificar a originalidade da publicação 26
- Figura 8 – Na tela inicial de pesquisa, abaixo da barra de digitar a busca, existe um botão “verificação de autenticidade”, ao clicá-lo será redirecionado para a tela respectiva 27

Figura 9 – O código de verificação gerado para o exemplo citado na Figura 4 foi o seguinte: 05302019021300126. Utilizando este código e clicando em “abrir”, será automaticamente direcionado a página de publicação referente ao código, caso seja autêntico	27
Figura 10 – Ferramenta de “busca avançada” no site da Imprensa Nacional – DOU, com todas os mecanismos de busca avançada para auxiliar as pesquisas de forma mais específica	28
Figura 11 – Pesquisamos os seguintes dizeres “universidade federal do ceará – ufc” e usamos os seguintes parâmetros no método avançado de pesquisa	30
Figura 12 – obtivemos 174 resultados para a pesquisa “universidade federal do ceará – ufc”, com um total de 09 (nove) páginas dentre os diversos atos como extrato contratuais, avisos de licitação, avisos de diplomas, entre outros	31
Quadro 1 – Campos clicáveis disponíveis na interface de busca da Imprensa Nacional para as buscas de forma simples e avançada	31
Gráfico 1 – Situação da recuperação da informação no site do Diário Oficial da União	33

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA PARA O TEMA	15
1.2	RELEVÂNCIA DO TEMA	16
1.3	OBJETIVO GERAL	16
1.4	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
2	A IMPRENSA NACIONAL	14
2.1	DIÁRIOS OFICIAIS	16
2.1.1	Diário Oficial da União	16
2.1.2	Diário Oficial da União na internet	17
3	RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO	21
4	PERCURSO METODOLÓGICO E ANÁLISE DOS DADOS	22
4.1	TIPOLOGIA DA PESQUISA, COLETA E ANÁLISE	22
4.2	PERCURSO METODOLÓGICO	23
4.3	ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS	33
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
	REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

Conforme o art. 1º da Constituição Federal de 1988, para garantir o Estado Democrático de Direito no Brasil é necessário seguir os seguintes fundamentos: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político (BRASIL, 2016). A sociedade e os cidadãos que nela residem devem basear-se na garantia dos seguintes fundamentos supracitados e, para que os atos públicos, como as leis, decretos, tratados, medidas provisórias, julgamentos entre outros entrem em vigor, é necessário que haja a publicação no Diário Oficial da União (DOU).

O órgão responsável pela publicação do DOU é a Imprensa Nacional, subordinada à Presidência da República Federativa do Brasil, o qual também disponibiliza um serviço que facilita o acompanhamento de matérias de interesse público, que será abordado adiante.

O DOU é um dos veículos de comunicação oficial pelo qual a Imprensa Nacional tem de tornar público todo e qualquer assunto acerca do âmbito federal. No dia 1 de dezembro de 2017 deixou de ser impresso, podendo ser acessado somente pela internet.

Este veículo é uma ferramenta primordial para o devido cumprimento da transparência dos atos públicos para com a sociedade. Neste trabalho avalio os recursos de recuperação da informação no site da Imprensa Nacional do Governo Federal Brasileiro, prioritariamente no que tange às publicações do DOU.

Os atos públicos, referentes à esfera federal, só possuem validade se forem publicados no DOU. O usuário que utiliza este meio de circulação oficial tem informações valiosas e verídicas dos fatos mais pertinentes à sociedade, como publicações de leis, decretos, medidas provisórias, portarias, informações orçamentárias de entes públicos e até privados, entre outros.

Existem mecanismos no portal da Imprensa Nacional, referentes às publicações no DOU, que proporcionam uma busca mais eficiente em relação à necessidade de cada usuário. O referido jornal é subdividido em 03 (três) seções, que possuem pesquisa básica e avançada, apresentadas posteriormente neste trabalho.

1.1 MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA PARA O TEMA

Em 2014, estava cursando o 2º semestre da Faculdade de Biblioteconomia quando recebi um convite de um aluno do Curso de Administração, Márcio Roberto, para compor o time do Conselho Regional de Administração do Ceará – CRA-CE, para desempenhar a função de organização documental como estagiário, logo a oportunidade de realizar cotações apareceu e desde então fui me aperfeiçoando na área de Compras e Contratos públicos. Foram anos de experiência que contribuíram para minha carreira profissional.

Como o CRA-CE é uma Autarquia Pública Federal, todos os seus atos públicos referentes a Licitações e Contratos tem por obrigação serem publicizados no Diário Oficial da União. Neste diapasão, pude ter a primeira experiência com as publicações oficiais, utilizando a Imprensa Nacional e o DOU. A seção de nº 03 é o local correspondente às publicações dos atos públicos referentes aos Contratos e Editais de Licitações. Para realizar as publicações, é necessário seguir os padrões de publicações, como tipo e tamanho de fonte, data, local e responsável pela assinatura, além de pagamento das custas processuais e prazo para publicação após a verificação dos editores responsáveis por realizar a publicação.

No período em que existe a obrigatoriedade de publicizar todos os atos públicos federais em um veículo oficial, cumprindo a legislação vigente e pertinente, além de exercer as orientações da Lei de Acesso à Informação (LAI), de 18 de novembro de 2011, entende-se que, cada vez mais, é preciso compreender as ferramentas de buscas para poder recuperar de forma eficiente e eficaz as informações presentes nos Diários Oficiais, por isso é importante que a Imprensa Nacional possua uma ferramenta de busca simples e ao mesmo tempo completa para que qualquer cidadão comum busque as informações necessárias que precise.

O site de busca oficial da Imprensa Nacional sofreu modificações durante alguns períodos e ainda vem se adaptando para atender da melhor forma os usuários, através de diálogos entre especialistas em informação documental e desenvolvedores de sistemas de informática. Estas mudanças são essenciais para que as buscas possam ser mais eficientes, ou seja, aquilo que o usuário procura é facilmente atendido pelo sistema.

1.2 RELEVÂNCIA DO TEMA

De acordo com o escopo da Lei de Acesso à Informação (LAI), temos os seguintes regulamentos:

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. (BRASIL, 2011).

Identificamos que houve leis subsidiárias para chegarmos até à LAI, publicada em 2011, o que demonstra as adaptações e inovações no que tange à transparência dos atos públicos a serem disponibilizados para a sociedade, garantindo nitidez e democracia nas informações. Isto posto, percebemos que o DOU é elemento informacional essencial ao país e ao cumprimento da obrigação da União em publicizar seus atos.

1.3 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desta pesquisa foi: compreender em quais aspectos a ferramenta de pesquisa da Imprensa Nacional relacionado as publicações do DOU, com ênfase na Seção 03 – Editais e Contratos no sistema de busca do DOU, contribuir para o avanço e cumprimento da LAI no que diz respeito ao processo de recuperação da informação.

1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Como objetivos específicos, tivemos:

- acessar, compreender e apresentar a ferramenta do Órgão Imprensa Nacional – DOU no que tange aos mecanismos gerais e avançados de busca e resultados de pesquisa;
- aprofundar os estudos nos mecanismos de busca com relação aos resultados de pesquisa na Seção 03 – Editais e Contratos no sistema de busca do DOU;

- discutir a contribuição das ferramentas de busca de recuperação da informação no DOU, para o cumprimento da LAI e consolidação da democracia no Brasil.

2 A IMPRENSA NACIONAL

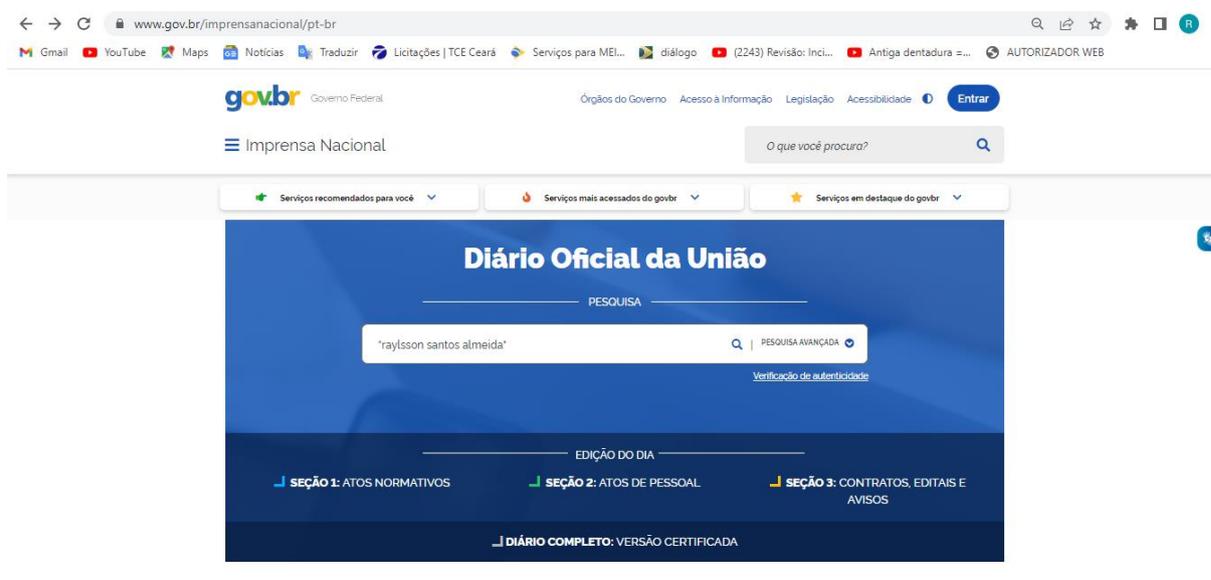
Em 13 de maio de 1808 surge a Imprensa Régia, primeiro nome da Imprensa Nacional, como repartição responsável pela publicação dos atos oficiais da Corte na Gazeta do Rio de Janeiro (primeiro jornal impresso no Brasil), conforme decreto do príncipe regente D. João. Após exatos 54 anos, surge a Imprensa Nacional, a qual registra a história do país pelas páginas do Diário Oficial da União. Em 1862 o Brasil vivia sob o reinado de D. Pedro II, foi aí que o Governo lançou o *Diário Oficial*, subordinado ao Ministério da Fazenda, sobre os poderes do Visconde de Albuquerque (BELLO, 1908). Hoje conhecemos por Imprensa Nacional.

De acordo com a matéria publicada da comemoração dos anos de fundação do Órgão Imprensa Nacional, no dia 13 de maio de 2022, pela Agência Nacional:

214 anos, celebrados nesta sexta-feira (13). Muitos jornais foram impressos pela IN: Gazeta do Rio de Janeiro, Diário do Governo, Correio do Império, Gazeta do Império, e a partir de 01 de outubro de 1862 começa a ser impresso o Diário Oficial do Império, que é conhecido hoje como o *Diário Oficial da União (DOU)*. Dividido em três seções, ele dá publicidade a todos os atos do governo como atos normativos do Presidente da República, nomeações e concursos públicos. (AGÊNCIA BRASIL, 2022).

A Imprensa Nacional vem cumprindo o papel de padronizar as informações legais e oficiais dos três poderes que gerem a democracia brasileira, garantindo os fundamentos e princípios legais da Constituição Federal. Há décadas vem adaptando-se com a inserção dos novos meios de comunicação e o advento da internet, trazendo uma gama de informações pertinentes a sociedade.

Figura 1 – Imagem da página inicial do site da Imprensa Nacional



Fonte: Imprensa Nacional (2022).

Destarte, de acordo com a portaria nº 268, de 05 de outubro de 2009, revogada pela Portaria IN de Nº 283 de 02 de outubro de 2018 da Imprensa Nacional (BRASIL, 2018), que dá normas para publicação e divide o conteúdo do Diário Oficial da União em três seções:

Na Seção 01 constam os Atos do Congresso Nacional, Presidência da República, Ministérios, Conselho Nacional do Ministério Público, Ministério Público da União, Tribunal de Contas da União, Poder Judiciário, Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais. Já na Seção 02, mantém-se a periodicidade, numeração de fascículos e paginação diárias. No entanto, a finalidade é a publicação de “[...] atos de órgãos da administração descentralizada, ou seja, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.” (ATIENZA, 1979, p. 167).

Na Seção 03, a periodicidade, numeração de fascículos e paginação também são diárias, com a finalidade de publicar “Contratos, editais, avisos e ineditoriais (atos de governos estaduais, municipais e de terceiros que, por determinação legal, requeiram publicação).” (IMPRESA NACIONAL, 2022). Quanto à organização, pode também abranger a Presidência da República, Ministérios, Conselho Nacional do Ministério Público, Ministério Público da União, Tribunal de Contas da União, Poder Legislativo, Poder Judiciário e Entidades de Fiscalização do

Exercício das Profissões Liberais. Neste ponto, destaca Atienza (1979), novamente, podem ser encontradas diferenças entre as edições.

É sabido que todas as seções deste jornal são de suma importância para a sociedade, cada seção representa uma divisão necessária para uma melhor identificação de atos a serem publicados pelos agentes públicos.

2.1 DIÁRIOS OFICIAIS

Os diários oficiais são jornais criados para publicações de leis, licitações, atas de plenário e todas as demais atividades de uma divisão administrativa brasileira. São publicados Diários Oficiais da Presidência da República, de cada governo estadual, de cada município e dos órgãos do Poder Judiciário, além dos Diários do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional. Os três Poderes Federais e algumas localidades os disponibilizam, de forma integral, na internet.

2.1.1 Diário Oficial da União

O DOU é um dos veículos de comunicação pelo qual a Imprensa Nacional torna público todo e qualquer assunto acerca do âmbito federal. Hoje, ele pode ser acessado virtualmente pela internet e/ou fisicamente, pela compra em bancas de jornais específicas e em alguns órgãos públicos.

O DOU tem como objetivo cumprir os princípios constitucionais da publicidade e eficiência, reforçando o papel da publicação na sociedade brasileira como prestadora de contas à população dos atos dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário., conforme o art. nº 37 da Constituição da República Brasileira que define os princípios da publicidade e da eficiência como norteadores da Administração Pública. Segundo Moraes (1997, p. 253), estes conceitos impõem aos entes públicos a obrigação de expor com clareza e de forma sucinta, por meio de publicação, todo o comportamento que lhe diz respeito.

Em especial, o princípio da publicidade possui dois objetivos imediatos: conferir certeza às condutas estatais e dar segurança aos administrados. Nessa mesma linha, Martins Júnior (2004) resume que, por este princípio, fica a Administração Pública obrigada a divulgar os seus atos.

A obrigação de publicar os atos da Administração Pública se justifica uma vez que os fins destes atos, em princípio, são públicos. Fazendo valer do parágrafo único do art. 1º da Constituição e do entendimento do Estado como sendo o povo reunido e constituído sob determinado modelo de Direito, Morais (1997, p. 253) conclui que a publicidade resulta do princípio democrático. Para Meirelles (2007, p. 94), o princípio da publicidade não pode ser entendido como sendo um requisito de forma do ato administrativo e sim como sendo um instrumento que confira a este eficácia e moralidade. Já Cretella Júnior (1972) vê a publicação como requisito obrigatório para que um ato administrativo seja completo.

Segundo Souto (2011), os textos oficiais, inclui-se aqui aqueles dispostos no DOU, devem seguir características básicas de impessoalidade, formalidade, concisão e clareza. Além de atender, é claro, à gramática normativa da língua portuguesa.

É importante destacar que todas as matérias publicadas no DOU (sejam elas portarias, editais, mensagens, medidas provisórias, leis, entre outros comunicados) devem seguir as normas estabelecidas no Manual de Redação Oficial da Presidência da República, cujo conteúdo deixa claro a necessidade de textos que respeitem regras básicas de clareza e coesão.

No entanto, é fundamental atentar que a confecção do DOU também segue disposições constitucionais assim como tem forte raízes atreladas à tradição. Há normas para a elaboração de textos do periódico que remontam ao período da história imperial brasileira e até os dias de hoje, em pleno século XXI, segue registradas como forte marca, acrescentando ao cidadão-leitor certa relevância histórica. É o caso da obrigatoriedade – estabelecida por decreto imperial de 10 de dezembro de 1822 – de que se aponha, ao final dos atos publicados do Poder Executivo, o número de anos transcorridos desde a Independência.

2.1.2 Diário Oficial da União na internet

A evolução da informática trouxe inquestionáveis avanços na circulação e disponibilização da informação. Fatos ocorridos do outro lado do mundo estão disponíveis para acesso na internet minutos depois de sua deflagração. O comércio eletrônico é uma realidade cada vez mais presente. E a Administração Pública tem

seguido esse caminho adotando a internet como um forte aliado na publicização de seus atos.

Ao longo dos 153 anos de existência do DOU, a disponibilização de suas edições na web foi, sem sombra de dúvidas, a mudança mais significativa do ponto de vista de ampliar o número de visualizações e consultas públicas aos atos da Administração Pública.

Em meados de 1994, a Imprensa Nacional começou a informatizar todo o sistema de publicação e, atualmente, por meio do site www.gov.br/impresnacional/pt-br, o cidadão tem acesso às edições do ano de 1990 até os dias atuais. A leitura pode ser feita por dia, seção e até mesmo por meio de buscas de termos e/ou atos enumerados.

O site da Imprensa Nacional tem se adaptado a essa forte tendência de consultas da população brasileira às redes mundiais de computadores, principalmente após 2011, quando foi editada a Lei nº 12.527 (Lei de Acesso a Informação), que regulamentou o direito constitucional às informações públicas. Em 2012, ganhou novo portal e, de lá para cá, o aperfeiçoamento é constante, com intuito de oferecer mais segurança às informações e facilitar o acesso ao conteúdo do DOU.

Prova dessa preocupação é verificada ao longo nos últimos cinco anos. A Imprensa Nacional adotou, por exemplo, o registro de autenticidade. O DOU eletrônico, quando impresso por meio do site da Imprensa Nacional, recebe um código de verificação para que o cidadão possa confirmar sua veracidade.

Com o número de buscas por informação aumentando, houve ainda um entendimento muito acertado de adaptar o site da Imprensa Nacional para auxiliar a população no acesso ao DOU. Criou-se então áreas específicas para destacar atos publicados por áreas de interesse (saúde, educação, concursos etc.).

Outra medida importante, adotada recentemente, é a publicação eletrônica quase que online do conteúdo. Desde o dia 1º de março de 2016, o DOU passou a ser disponibilizado na internet logo após o fechamento da edição do dia, podendo ocorrer instantes depois da meia-noite. No entanto, a medida antecipa o horário de divulgação dos atos oficiais em meio eletrônico, mas não afeta a regularidade da data de publicação.

2.1.2.1 Banco de dados

É possível acessar as publicações do DOU em formato aberto XML (*extensible mark-up language*) e sua compactação estará em formato ZIP, podendo ser acessadas por qualquer software que suporte este formato. Os arquivos serão acessados através da seguinte sequência: Ano > Mês > arquivo.zip

As informações contidas no nome dos arquivos serão identificadas da seguinte forma:

Os três primeiros dígitos:

S01 – Seção 01 do Diário Oficial da União;

S02 – Seção 02 do Diário Oficial da União;

S03 – Seção 03 do Diário Oficial da União.

O quarto e o quinto dígito:

Mês de referência.

Do sexto ao nono dígito:

Ano de referência.

- O conteúdo dos arquivos em “formato aberto” não substitui a publicação da versão certificada (pdf).

- As publicações dos dados do DOU em formato aberto ocorrerão, inicialmente, na primeira terça-feira de cada mês, contendo as edições publicadas no mês anterior. Na ocorrência de feriado na terça-feira, a publicação ocorrerá no primeiro dia útil seguinte.

- O dicionário de dados, arquivo necessário para auxiliar no entendimento do conteúdo em XML, será disponibilizado em data a ser definida.

A base de dados da Imprensa Nacional também está disponível para consulta no portal do Governo Federal www.dados.gov.br ou através do link <http://dados.gov.br/dataset/diario-oficial-da-uniao> e serão atualizadas conforme previsto no PDA do Órgão.

Possuir um *open source* (código aberto) para disponibilizar para a sociedade é uma forma democrática de acesso aos conteúdos disponibilizados no portal para quem quer que seja, contribuindo para a criação de softwares livres e independentes, que otimizam nas buscas, além de demonstrar bastante segurança

no software próprio da Imprensa Nacional, o que acarreta mais credibilidade aos milhares de usuários que visitam diariamente.

3 RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Em 1951, Calvin Mooers criou o termo *information retrieval* (recuperação de informação) e definiu os problemas a serem abordados por esta nova disciplina.

A Recuperação de Informação trata dos aspectos intelectuais da descrição da informação e sua especificação para busca, e também de qualquer sistema, técnicas ou máquinas que são empregadas para realizar esta operação. (MOOERS, 1951, p. 25).

Recuperação de informação, no contexto da Ciências da Informação, significa, para uns, a operação pela qual se seleciona documentos, a partir do acervo, em função da demanda do usuário. Para outros, “recuperação de informação” consiste no fornecimento, a partir de uma demanda definida pelo usuário, dos elementos de informação documentária correspondentes. O termo pode ainda ser empregado para designar a operação que fornece uma resposta mais ou menos elaborada a uma demanda, a esta resposta é convertida num produto cujo formato é acordado com usuário.

O processo de recuperação de informação consiste em identificar, no conjunto de documentos (*corpus*) de um sistema, quais atendem à necessidade de informação do usuário (VIEIRA, 1994). O usuário de um sistema de recuperação de informação está, portanto, interessado em recuperar “informação” sobre um determinado assunto e não em recuperar dados que satisfaçam sua expressão de busca, tampouco documentos, embora seja nestes que a informação estará registrada. Essa característica é o que diferencia os sistemas de recuperação de informação dos Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados.

Os sistemas de recuperação de informação devem representar o conteúdo dos documentos do *corpus* e apresentá-los ao usuário de uma maneira que lhe permita uma rápida seleção dos itens que satisfaçam total ou parcialmente a sua necessidade de informação, formalizada através de uma expressão de busca.

4 PERCURSO METODOLÓGICO E ANÁLISE DOS DADOS

Nas subseções seguintes exploramos os aspectos da pesquisa quanto ao tipo, instrumentos de coleta e ferramentas de análise.

4.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA, COLETA E ANÁLISE

Para o desenvolvimento desta monografia foi utilizada uma pesquisa exploratória que é vista como o primeiro passo de todo o trabalho científico. Este tipo de pesquisa tem por finalidade, especialmente quando se trata de pesquisa bibliográfica, proporcionar maiores informações sobre determinado assunto, facilitar a delimitação de uma temática de estudo, definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou, ainda, descobrir um novo enfoque para o estudo que se pretende realizar (GIL, 1991). Pode-se dizer que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Desta forma, a pesquisa exploratória é o tipo de pesquisa científica que mais se assemelha à proposta desta monografia, consistindo na realização de um estudo para a familiarização do pesquisador com o objeto que está sendo investigado durante o trabalho (GIL, 1991).

Na maioria dos casos, a pesquisa exploratória envolve compartilhamento de experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão do fato em estudo. O envolvimento do autor desta monografia constata-se pelos mais de 8 anos em experiência com Licitações e Contratos Públicos, o que está diretamente ligado com a Seção 03 do Diário Oficial da União, o que foi crucial para a realização das pesquisas e análise do site oficial da Imprensa Nacional, no que tange às ferramentas de busca, correlacionando com a recuperação da informação neste meio digital.

Quanto ao objetivo, as pesquisas científicas podem ser classificadas em três modalidades: exploratória, descritiva e explicativa. Cada uma trata o problema de maneira peculiar. As pesquisas exploratórias “[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema.” (GIL, 1991, p. 45). As pesquisas descritivas adotam “[...] como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno.” (GIL, 1991, p. 46). Já as pesquisas explicativas “[...] têm

como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos.” (GIL, 1991, p. 46).

O instrumento de coleta utilizado para a pesquisa foi a observação direta no site oficial da Imprensa Nacional, especificamente na ferramenta de busca das publicações dos jornais concernente às questões e objetivos da monografia. Foi utilizado um notebook com acesso à internet e visita ao site oficial com análises e demonstrações de casos.

As imagens apresentadas no trabalho foram coletadas no site oficial da Imprensa Nacional, cujo hiperlink foi supracitado e utilizamos o método de análise qualitativa para compreender as ferramentas de busca e recuperação da informação, com foco na Seção 03 do DOU.

A análise qualitativa tem como foco da abordagem entender os motivos e os comportamentos dos fenômenos. As pesquisas que utilizam métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas.

O conceito de Minayo (2001, p. 14) deixa claro essa ideia: “A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.”

Dessa forma, conseguimos analisar os campos disponíveis no portal que possuem a finalidade de auxiliar uma busca simples e avançada com compreensão dos campos apresentados nos filtros de busca.

4.2 PERCURSO METODOLÓGICO

Ao visitar o portal da Imprensa Nacional percebemos rapidamente a barra de pesquisa, que é o ponto de partida na realização de dois tipos de busca: simples e avançada.

Para exemplificar a “busca simples” utilizamos o seguinte percurso demonstrado nas figuras abaixo:

Figura 2 – Tela da pesquisa realizada no modo simples, usaremos como exemplo, o seguinte nome: “raylsson santos almeida”, para efetuar a busca. Colocamos o comando “entre aspas” para que seja efetuada a busca pela ocorrência exata de tudo que está entre as aspas, agrupado da mesma forma

The screenshot shows the gov.br search interface. At the top left is the gov.br logo and 'Imprensa Nacional'. At the top right is a button for 'Acesso GOV.BR'. Below the header, there is a breadcrumb trail: 'Diário Oficial da União > Busca'. The main heading is 'Diário Oficial da União Pesquisa'. A search bar contains the text 'raylsson santos almeida' and a search icon. To the right of the search bar is a link for 'PESQUISA AVANÇADA'. Below the search bar are three filter sections: 'Organização Principal' with a dropdown menu showing 'Entidades de Fiscalização do Exercício d', 'Organização Subordinada' with a dropdown menu showing 'Selecionar Organização Subordinada', and 'Tipo de Ato' with a dropdown menu showing 'Selecionar o Tipo de Ato'. Below these filters is a button labeled 'INVERTER ORDEM'. At the bottom, it shows '3 resultados para "raylsson santos almeida"'. There is also a small globe icon on the right side of the page.

Fonte: Imprensa Nacional (2022).

Figura 3 – Esta tela é o resultado da pesquisa anterior, tendo como um total de 3 resultados para “raylsson santos almeida”, o qual já percebemos 03 (três) ferramentas que são: Organização Principal, Organização Subordinada e Tipo de Ato, que possibilitam o refinamento da busca

This screenshot is similar to the previous one but shows the filter options in a different state. The search bar still contains 'raylsson santos almeida'. The 'Organização Principal' dropdown now shows 'Selecionar Organização Principal'. The 'Organização Subordinada' dropdown shows 'Selecionar Organização Subordinada'. The 'Tipo de Ato' dropdown shows 'Selecionar o Tipo de Ato'. The 'INVERTER ORDEM' button and the result count '3 resultados para "raylsson santos almeida"' are still present. The globe icon on the right side is also visible.

Fonte: Imprensa Nacional (2022).

Figura 4 – Foi apresentado os três resultados de publicações, com as devidas informações da seção publicada, o número da edição, a data de publicação e a página do referido jornal oficial. Uma página pode apresentar até 20 resultados de pesquisa e não existem limites de páginas

The screenshot shows a search interface with three filters: 'Entidades de Fiscalização do Exercício d', 'Selecionar Organização Subordinada', and 'Selecionar o Tipo de Ato'. Below the filters is a button labeled 'INVERTER ORDEM'. The search results are for '3 resultados para "raylsson santos almeida"'. A link for 'Verificação de autenticidade' is visible. Three search results are listed:

- Seção 3** > Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais > Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 15ª Região >> Edição Nº 31 de 13/02/2019 - Pág. 126
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2019
Contratada: **Raylsson Santos Almeida** - CNPJ: 26.908.730/0001-89. Valor: R\$ 1.198,00. Ratificação: Márcia Maria Vieira de Sá, Presidente em exercício; Data da Ratificação: 18/01/2019. Fortaleza-CE, 12 de fevereiro de 2019. Marcia Fernanda Muxio dos Santos Pregoiera
- Seção 3** > Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais > Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Ceará >> Edição Nº 189 de 01/10/2018 - Pág. 168
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Contratado: **Raylsson Santos Almeida** EXTRATO DE TERMO ADITIVO Extrato de Prorrogação de Contrato, firmado em 29 de setembro de 2017. Espécie: Dispensa de Licitação; Base Legal: art. 57, II, §§ 2º e 3º da Lei nº 8.666/93; Processo Administrativo nº 10/2017. Contratante:
- Seção 3** > Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais > Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Ceará >> Edição Nº 104 de 01/06/2018 - Pág. 138
EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATTUAIS
Contratado: **Raylsson Santos Almeida** EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATTUAIS Contrato Administrativo firmado em 01 de junho de 2018. Modalidade: Dispensa de Licitação; Base Legal: art. 24, II e XIII, da Lei nº 8.666/93; Processo Administrativo nº 010/2018.

Fonte: Imprensa Nacional (2022).

Figura 5 – Clicamos no primeiro resultado da pesquisa realizada anteriormente e tivemos acesso a publicação oficial não certificada. Para ter acesso a versão certificada deve-se clicar no botão “versão certificada” ou “diário completo”

The screenshot shows the official publication page for 'AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2019'. The page includes a navigation bar with 'Voltar' and 'Compartilhe' options. Below the navigation bar are three buttons: 'VERSÃO CERTIFICADA', 'DIÁRIO COMPLETO', and 'IMPRESSÃO'. The main content area features the logo of the 'DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO' and the text: 'Publicado em 13/02/2019 | Edição: 31 | Seção: 3 | página: 126'. The text of the notice is as follows:

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2019

O Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Ceará - CRECI 15ª Região/CE, no uso de suas atribuições regimentais, torna inexigível de licitação, com fundamento no Art. 25, Inc. II, combinado com o Art. 13, Inciso VI da Lei nº 8.666 de 21/06/93, Processo de nº 23.657/2019. Objeto: Participação de Servidores no Curso Prático de Licitação e Contratos. Contratada: Raylsson Santos Almeida - CNPJ: 26.908.730/0001-89. Valor: R\$ 1.198,00. Ratificação: Márcia Maria Vieira de Sá, Presidente em exercício; Data da Ratificação: 18/01/2019.

Fortaleza-CE, 12 de fevereiro de 2019.
MARCIA FERNANDA MUXIO DOS SANTOS
Pregoiera

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Fonte: Imprensa Nacional (2022).

Figura 6 – Clicando no botão “versão certificada” temos acesso ao jornal de publicação com as referidas informações necessária para a rápida identificação

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3 ISSN 1677-7069 Nº 31, quarta-feira, 13 de fevereiro de 2019

**AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019**

O CRCPR, vem tornar público e comunica para conhecimento de interessados o resultado do Pregão Eletrônico nº 03/2019, realizado no dia 28/01/2019 às 09h00min, com o objeto: Aquisição de materiais de expediente para o CRCPR, foi declarada DESERTA, em razão da ausência de licitantes interessados.

MAURICIO OSTROWSKI JUNIOR
Pregoeiro

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE

EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº: 018/2019. Contratante: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte. Contratada: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO RN - CAERN. Objeto: Prestação de serviço público de saneamento básico, captação, tratamento e distribuição de água para o CRCRN. Fundamento Legal: Artigo 25, "caput", da Lei nº 8.666/93. Valor Total Estimado: R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Ratificação da Autoridade Superior: Artigo 26 da Lei nº 8.666/93.

Processo Licitatório nº: 023/2019. Contratante: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte. Contratada: GOOD'S SERVICE - COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. Objeto: Compra de bobinas para o relógio de ponto do CRCRN. Fundamento Legal: Artigo 25, "caput", da Lei nº 8.666/93. Valor Total Estimado: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). Ratificação da Autoridade Superior: Artigo 26 da Lei nº 8.666/93.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 2019/000007. OBJETO: Contratação da ferramenta eletrônica "Banco de Preços". CONTRATADA: NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA. CNPJ: 07.797.967/0001-95. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25, I, da Lei 8.666/1993. VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 7.990,00. RATIFICAÇÃO: Waldir Jorge Ladeira dos Santos,

AVISO

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região - CRECISP torna público sua pretensão em conhecer, por meio de pesquisa de preço e posterior definição de modalidade licitatória a ser aplicada, o valor de mercado para locação de espaço compartilhado na cidade de Franca/SP, por prazo inicial de 12 meses e possível prorrogação, para nele instalar provisoriamente posto de atendimento, em local próximo a estações de metrô, trem e terminais de ônibus, de fácil acesso e com possibilidade de estacionamento em vias públicas, devendo ter pelo menos 20 m² para comportar no mínimo dois funcionários, contemplando se possível, mesas, cadeiras, segurança, internet, telefonia, infraestrutura para atendimento ao público, além de auditório que comporte no mínimo 30 pessoas, para realização de cursos e palestras e salas para realização de reunião de trabalho com os inscritos. Os interessados deverão encaminhar suas propostas ao endereço da Rua Pamplona, 1200, 6º andar, São Paulo/SP, CEP 01405-001, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da publicação do presente edital. O CRECISP levará em consideração para fins do disposto no inciso X do art. 40, da Lei nº 8.666/93, a relação preço de mercado, localização e dimensões adequadas.

JOSÉ AUGUSTO VIANA NETO
Presidente do Conselho

**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS
DA 8ª REGIÃO**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente no uso de suas atribuições Regimentais intima os Corretores de Imóveis e RTs abaixo, que se encontram em lugar incerto e não sabido para apresentar defesa escrita, no prazo de quinze dias, a contar da publicação deste no endereço: SCS, Bloco A, Ed. Boulevard Center, Sala 401/410 perante a Coordenadoria de Fiscalização. Após encerramento do prazo o processo seguirá seu curso normal.

ZAG Negócios e Empreendimentos Imobiliários Ltda., CRECI J 12797 e Ideval Lomanto Araujo, CRECI F 10493, PAD, 2018.8.2006.9773, Lucimar dos Santos Mata CRECI F 20785, PAD, 2018.8.2006.9818 e 2018.8.2006.9815.

Em 12 de fevereiro de 2019
GERALDO NASCIMENTO

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO DISTRITO FEDERAL

14:58

Fonte: Imprensa Nacional (2022).

Figura 7 – No final da página no canto esquerdo de cada jornal, existe um código de verificação, para validar e certificar a originalidade da publicação

Espécie: Extrato do Convênio não oneroso de Serviços. Conveniente: Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região Conveniado: Madeiras Paraíso Ltda Me. Objeto: Personalização de Imóveis Comerciais. Data da Assinatura: 28/01/2019. Vigência: indeterminado. Das Assinaturas: José Augusto Viana Neto, Arthur Boajian e Aksson Corrêa Cunha. Testemunhas: Mariângela da Silva Bezerra Oyafuso e Maria Onofra Alves de Andrade.

Espécie: Extrato do Convênio não oneroso de Serviços. Conveniente: Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região Conveniado: Estacionamento e Lava Rápido Millennium Litoral Ltda. Objeto: Estacionamento e lavagem de veículos. Data da Assinatura: 18/01/2019. Vigência: indeterminado. Das Assinaturas: José Augusto Viana Neto, Arthur Boajian e Marcos Afonso Matusевич. Testemunhas: Mariângela da Silva Bezerra Oyafuso e Maria Onofra Alves de Andrade.

Espécie: Extrato do Convênio não oneroso de Educação. Conveniente: Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região Conveniado: Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora. Objeto: Educação. Data da Assinatura: 04/01/2019. Vigência: 31/12/2019. Das Assinaturas: José Augusto Viana Neto, Arthur Boajian e Ir. Marcelo Oliveira dos Santos. Testemunhas: Mariângela da Silva Bezerra Oyafuso e Maria Onofra Alves de Andrade.

EXTRATO DE CONTRATO

Processo 201820898/2019. CONTRATANTE: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará - Crea/CE e CONTRATADA: DUX Comunicação Estratégica LTDA ME. OBJETO: contratação de serviço de assessoria de imprensa e relações públicas. VALOR GLOBAL: R\$ 11.500,00. ELEMENTO DA DESPESA: 6.2.2.1.1.01.04.09.018. VIGÊNCIA: 01/02/2019 a 31/03/2019. Signatários: Eng.º Civil Emanuel Maia Mota - Presidente e Diego Leite Costa - Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Processo: 201405452/2014. CONTRATANTE: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará - Crea/CE e CONTRATADA: Thyssenkrupp Elevadores S/A. OBJETO: prorrogação de contrato referente à manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças para os elevadores do Crea/CE. VALOR GLOBAL: R\$ 6.831,20. ELEMENTO DA DESPESA: 6.2.2.1.1.01.04.09.029. VIGÊNCIA: 02/01/2019 a 02/05/2019. Signatários: Eng.º Civil Emanuel Maia Mota - Presidente; Paulo André de Moura da Silva e Abraão Anderson de Souza Xavier - Contratada.

126

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05302019021300126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fonte: Imprensa Nacional (2022).

Figura 8 – Na tela inicial de pesquisa, abaixo da barra de digitar a busca, existe um botão “verificação de autenticidade”, ao clicá-lo será redirecionado para a tela respectiva



Verificação de autenticidade

Verifique a autenticidade da cópia eletrônica
de páginas de Jornais publicados pela Imprensa Nacional

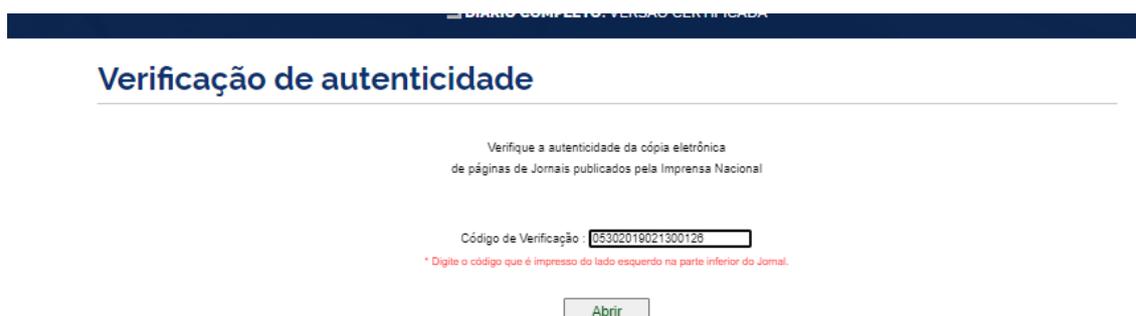
Código de Verificação:

* Digite o código que é impresso do lado esquerdo na parte inferior do Jornal.

Abrir

Fonte: Imprensa Nacional (2022).

Figura 9 – O código de verificação gerado para o exemplo citado na Figura 4 foi o seguinte: 05302019021300126. Utilizando este código e clicando em “abrir”, será automaticamente direcionado a página de publicação referente ao código, caso seja autêntico



Fonte: Imprensa Nacional (2022).

No início deste tópico apresentamos imagens e descrições da busca simples, no entanto, a seguir, iremos abordar a busca na forma avançada e utilizaremos, especificamente, o filtro da Seção 03 como mecanismo de busca.

Na busca avançada, podemos escolher algumas funcionalidades que refinam e otimizam a busca, como o tipo de pesquisa, onde pesquisar, forma de pesquisa, ordenação, data e jornal. Cada mecanismo de busca possui subdivisões como podemos identificar na imagem seguinte.

Figura 10 – Ferramenta de “busca avançada” no site da Imprensa Nacional – DOU, com todas os mecanismos de busca avançada para auxiliar as pesquisas de forma mais específica

Imprensa Nacional

O que você procura?

Diário Oficial da União

PESQUISA

PESQUISA AVANÇADA

TIPO DE PESQUISA	ONDE PESQUISAR	DATA	JORNAL
<input checked="" type="radio"/> Qualquer resultado <input type="radio"/> Resultado exato	<input checked="" type="radio"/> Tudo <input type="radio"/> No título <input type="radio"/> No conteúdo	<input checked="" type="radio"/> Qualquer período <input type="radio"/> Edição do Dia <input type="radio"/> Última semana <input type="radio"/> Último mês <input type="radio"/> Último ano <input type="radio"/> Personalizado	<input checked="" type="checkbox"/> Todos <input type="checkbox"/> Seção 1 <input type="checkbox"/> Seção 2 <input type="checkbox"/> Seção 3 <input type="checkbox"/> Edição Extra <input type="checkbox"/> Edição Suplementar
FORMA DE PESQUISA	ORDENAÇÃO		
<input checked="" type="radio"/> Pesquisa Ato-a-Ato <input type="radio"/> Pesquisa na Versão Certificada <input type="radio"/> Diário Completo Certificado	<input checked="" type="radio"/> Por data <input type="radio"/> Por relevância		

PESQUISAR

* Para consultas anteriores a 01/01/2018, seleccione uma das opções **Pesquisa na Versão Certificada** ou **Diário Completo Certificado**

Fonte: Imprensa Nacional (2022).

Na opção de busca avançada é possível identificar vários mecanismos que facilitam uma pesquisa de maior qualidade e eficiência. Para isso é necessário que o usuário use da melhor forma as ferramentas, vejamos:

Tipo de Pesquisa: o usuário poderá optar por “qualquer resultado”, o que acarretará um número maior de resultados ou “resultado exato”, o que restringirá a busca por palavras/termos tal qual estão escritos.

Forma de Pesquisa: esta é a forma que os resultados serão disponibilizados, na opção “ato-a-ato” serão apresentados todos os atos que contenham os termos pesquisados, já na “pesquisa na versão certificada” só aparecerão publicações certificadas, o que poderá reduzir bruscamente a quantidade de resultados e a opção “diário completo certificado” apresentará a publicação do jornal diário onde os termos estejam expressos.

Onde pesquisar: a opção “no título” irá apresentar apenas os títulos que contenham a expressão buscada, diferente da opção “conteúdo” que irá buscar a expressão pesquisada no corpo do texto e a opção “tudo” abrange ambas as opções anteriores.

Ordenação: a opção “por data” irá apresentar de forma cronológica as publicações mais recentes até as mais antigas e a opção “por relevância” são os resultados que possuem maior valor ou importância para a Entidade.

Data: possuem várias opções, como qualquer período, edição do dia, última semana, último mês, último ano e até personalizado, caso o usuário saiba o dia certo que a publicação saiu ou o período, facilitará muito a busca.

Jornal: apresenta as opções dos jornais que a matéria foi publicada, como Seção 01, 02 e 03, bem como Edições Extras e Suplementares.

Figura 11 - Pesquisamos os seguintes dizeres “universidade federal do ceará – ufc” e usamos os seguintes parâmetros no método avançado de pesquisa

Diário Oficial da União

Pesquisa

universidade federal do ceará - ufc Q | PESQUISA AVANÇADA

TIPO DE PESQUISA [®]	ONDE PESQUISAR	DATA*	JORNAL
<input type="radio"/> Qualquer resultado <input checked="" type="radio"/> Resultado exato	<input checked="" type="radio"/> Tudo <input type="radio"/> No título <input type="radio"/> No conteúdo	<input type="radio"/> Qualquer período <input type="radio"/> Edição do Dia <input type="radio"/> Última semana <input type="radio"/> Último mês <input checked="" type="radio"/> Último ano <input type="radio"/> Personalizado	<input type="checkbox"/> Todos <input type="checkbox"/> Seção 1 <input type="checkbox"/> Seção 2 <input checked="" type="checkbox"/> Seção 3 <input type="checkbox"/> Edição Extra <input type="checkbox"/> Edição Suplementar
FORMA DE PESQUISA*	ORDENAÇÃO		
<input checked="" type="radio"/> Pesquisa Ato-a-Ato <input type="radio"/> Pesquisa na Versão Certificada <input type="radio"/> Diário Completo Certificado	<input type="radio"/> Por data <input checked="" type="radio"/> Por relevância		

PESQUISAR

* Para consultas anteriores a 01/01/2018, selecione uma das opções **Pesquisa na Versão Certificada** ou **Diário Completo Certificado**

Fonte: Imprensa Nacional (2022).

Usamos os seguintes parâmetros no método avançado de pesquisa:

- Tipo de Pesquisa: Resultado Exato
- Forma de Pesquisa: Pesquisa Ato-a-Ato
- Onde Pesquisar: Tudo
- Ordenação: Por relevância
- Data: Último ano
- Jornal: Seção 3

Figura 12 – obtivemos 174 resultados para a pesquisa “universidade federal do ceará – ufc”, com um total de 09 (nove) páginas dentre os diversos atos como extrato contratuais, avisos de licitação, avisos de diplomas, entre outros

174 resultados para "universidade federal do ceará - ufc"

[Verificação de autenticidade](#)

Seção 3 › Ministério da Educação › Universidade Federal do Ceará › Edição Nº 197 de 19/10/2021 - Pág. 70
EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO
 ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FUNCAP E A **UNIVERSIDADE ... FEDERAL DO CEARÁ - UFC**, ... pertencentes à FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E

Seção 3 › Ministério da Educação › Universidade Federal do Ceará › Edição Nº 183 de 27/09/2021 - Pág. 60
EXTRATO DE CONVÊNIO
 Secretaria das Cidades, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará, o Instituto de Planejamento de Fortaleza e a **Universidade ... Federal do Ceará (UFC)**, ... BITTENCOURT DE ALBUQUERQUE (Reitor da **Universidade Federal do Ceará -UFC**).

Seção 3 › Ministério da Educação › Fundação Universidade Federal de Roraima › Edição Nº 49 de 14/03/2022 - Pág. 118
EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
 EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA A UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA E A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ... CEARÁ - UFC** 11 de março de 2022 ... Partícipes: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR, CNPJ: 34.792.077/0001-63 e A **UNIVERSIDADE**

Seção 3 › Ministério da Economia › Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados › Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União › Superintendência no Ceará › Edição Nº 82 de 03/05/2022 - Pág. 35
EXTRATO DE CESSÃO
 Outorgado cessionário: **Universidade Federal do Ceará - UFC**, ... uso gratuito que entre si fazem, como OUTORGANTE Cedente, a UNIÃO, e como OUTORGADA Cessionária, a **UNIVERSIDADE ... FEDERAL DO CEARÁ - UFC**, do imóvel situado na rua 24 de maio, 178, Centro,

Seção 3 › Ministério da Educação › Universidade Federal do Ceará › Edição Nº 187 de 01/10/2021 - Pág. 77
EXTRATO DE CONVÊNIO
 SOBRINHO, O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - DEPARTAMENTO REGIONAL DO CEARÁ - SENAI/DR-CE, **UNIVERSIDADE ... FEDERAL DO CEARÁ - UFC**, FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO -

Fonte: Imprensa Nacional (2022).

Na sequência foi analisada a estrutura do site, sendo feita um quadro com os campos clicáveis disponíveis na interface de busca da Imprensa Nacional para as buscas de forma simples e avançada.

Quadro 1 – Campos clicáveis disponíveis na interface de busca da Imprensa Nacional para as buscas de forma simples e avançada

MÉTODO DE PESQUISA	CAMPOS DE PESQUISAS	SUBCAMPOS DE PESQUISAS	PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO	QUANTIDADE DE CAMPOS	PERCENTUAL
SIMPLES	BARRA DE PESQUISA		SIM	3	33,33%
	ORGANIZAÇÃO PRINCIPAL		NÃO		
	ORGANIZAÇÃO SUBORDINADA		NÃO		
	TIPO DE ATO		NÃO		
AVANÇADA	TIPO DE	QUALQUER	NÃO	6	66,67%

PESQUISA	RESULTADO		
	RESULTADO EXATO		
FORMA DE PESQUISA	PESQUISA ATO-A-ATO	SIM	
	PESQUISA NA VERSÃO CERTIFICADA		
	DIÁRIO COMPLETO CERTIFICADO		
ONDE PESQUISAR	TUDO	NÃO	
	NO TÍTULO		
	NO CONTEÚDO		
ORDENAÇÃO	POR DATA	NÃO	
	POR RELEVÂNCIA		
DATA	QUALQUER PERÍODO	SIM	
	EDIÇÃO DO DIA		
	ÚLTIMA SEMANA		
	ÚLTIMO MÊS		
	ÚLTIMO ANO		
	PERSONALIZADO		
JORNAL	TODOS	NÃO	
	SEÇÃO 1		
	SEÇÃO 2		
	SEÇÃO 3		
	EDIÇÃO EXTRA		
	EDIÇÃO SUPLEMENTAR		
TOTAL:		9	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como se vê no Quadro 01, temos as seguintes opções:

- método de pesquisa simples, que permite que o usuário utilize até 04 ferramentas clicáveis para o refinamento da busca, onde apenas um campo é de preenchimento obrigatório. Percebemos que são opções necessárias e objetivas para o auxílio das pesquisas realizadas pelos usuários, o que já podem garantir bons resultados nas buscas, dependendo das palavras e/ou termos utilizados e da riqueza de detalhes informacionais da pesquisa que se pretende realizar;
- método de pesquisa avançado, é a opção mais interessante e eficiente na realização das buscas, pois possuem 6 campos que se subdividem em mais

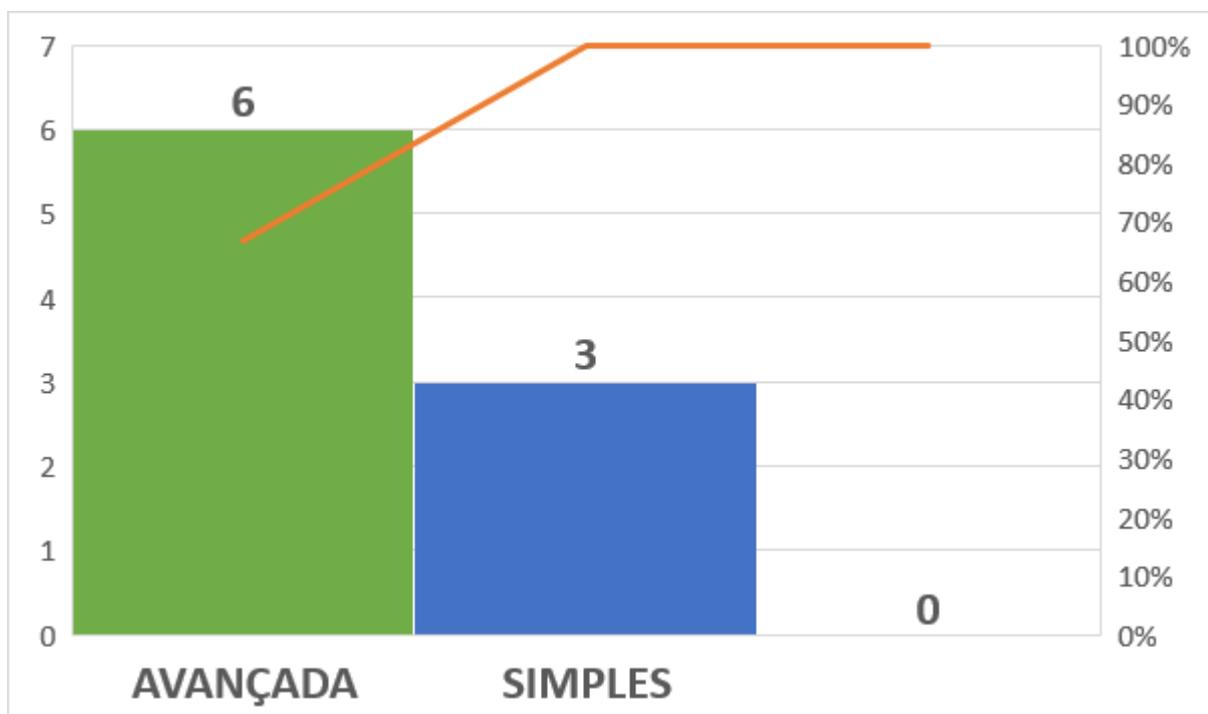
campos. Os campos de “forma de pesquisa” e “data” são de preenchimento obrigatório para continuidade da pesquisa nesse método. Possuem inúmeras formas e combinações para a boa realização da busca, vai depender mais uma vez do nível de conhecimento do usuário com a ferramenta e das informações previamente conhecidas da pesquisa.

Ambos os métodos permitem cruzamento de mais de um campo ao mesmo tempo, principalmente na busca avançada, que além de manter os campos da pesquisa simples, adiciona mais possibilidades de refino na busca.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS

Como percebemos na seção anterior, pela análise do Quadro 1 e das avaliações de cada item, percebemos que a situação da recuperação da informação no site do DOU pode ser compreendida conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Situação da recuperação da informação no site do Diário Oficial da União



Fonte: Elaborado pelo autor.

Analisando o gráfico, temos a percepção da diferença entre os métodos de pesquisa avançada e simples na plataforma de pesquisa, deixando visível a

diferença percentual de cada método. Os recursos disponíveis na Pesquisa Avançada englobam todos os campos da Pesquisa Simples, o que demonstra a vantagem na escolha do método avançado, caso haja necessidade, ou seja, se o resultado da busca simples tiver sido insatisfatório.

O site possui uma interface simples e autoexplicativa, o que facilita em geral as pesquisas. A busca simples é uma forma que o usuário poderá a princípio utilizar para verificar se o resultado de pesquisa que busca foi atingido de forma satisfatória, caso contrário, poderá optar pela busca avançada, que possui mais ferramentas que favorecem a identificação de forma mais precisa das publicações.

O número de ferramentas na busca avançada no ano de 2022 é bem maior do que nos anos anteriores, como por exemplo em 2015, quando a interface não era nada atrativa e as opções de busca eram reduzidas. É nítido o avanço gradativo que as publicações oficiais e a forma de disponibilidade das publicações vêm sofrendo com o passar do tempo, o que desperta uma esperança no que tange à livre e democrática forma de divulgação do Governo Brasileiro para com a sociedade.

Um ato que se iniciou pela Coroa Real no século XIX no Brasil e perpetua até os dias de hoje pelo poder Governo Brasileiro, tem o dever legal de manter as publicações em dia no Diário Oficial da União, através da Imprensa Nacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises feitas basearam-se em percepções pessoais, sem aprofundamento técnico, porém carregada de uma vasta experiência profissional na utilização da referida plataforma, que resultou em implicações fundadas tendo como base os fatos expostos.

Sabemos que os sistemas de buscas, a cada dia, sofrem atualizações e adaptações conforme a utilização dos usuários e são ferramentas altamente importantes no auxílio da recuperação da informação, seara esta que traz a figura do Bibliotecário como profissional apto para o desempenho das atividades correlacionadas.

Apesar da dificuldade de localizar estudos sobre o tema, os objetivos da pesquisa foram alcançados, tendo em vista, a eficiência das ferramentas de pesquisas para recuperação da informação nas buscas do DOU no Portal da Imprensa Nacional, garantindo o cumprimento da LAI.

Consideramos também que os recursos de recuperação da informação no DOU, dentro da amostra estudada, são vistos como relevantes para a maioria dos estudos correlacionados com as publicações oficiais. Apesar de possuir um total de 9 campos de pesquisa e inúmeras combinações simultâneas, mostra que, mesmo após tantas evoluções ao longo do tempo, ainda podemos buscar um acesso mais simples e direto a população que depende essencialmente das informações contidas no Jornal, como os Novos Decretos, Portarias, Avisos de Licitações, Extratos de Contratos, Nomeações de Cargos Públicos importantes, além de inúmeros outros tipos de atos, pois um cidadão bem informado, é um cidadão que tem muito mais capacidade de contribuir com a sociedade em que vive.

A contribuição deste trabalho, no que tange às amostras estudadas, é considerada pequena, em relação ao aprofundamento que pode ser feito com estudos técnicos para com os bancos de dados, bem como os softwares de automação que possibilitam o acesso ao jornal oficial de grande circulação na esfera federal.

Deve-se, portanto, fazer um outro estudo voltado para os quesitos mais técnicos e quantitativos, de modo a absorver todo o potencial que este veículo de comunicação pode contribuir para que as informações oficiais cheguem ao maior número de habitantes do País.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL. **Imprensa Nacional completa 214 anos**. Brasília: EBC, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-05/imprensa-nacional-completa-214-anos>. Acesso em: 18 jul. 2022.

ATIENZA, Cecília Andreotti. **Documentação jurídica**: introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: Acesso em 11 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, p. 1, diário extra, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 11 jul. 2022.

BRASIL. Portaria nº 283, de 2 de outubro de 2018. Dispõe sobre normas para publicação e pagamento de atos no Diário Oficial da União. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, p. 2-4, 03 out. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/43716640/do1-2018-10-03-portaria-n-283-de-2-de-outubro-de-2018-43716563. Acesso em: 18 jul. 2022.

CRETELLA JÚNIOR, José. Dicionário de direito administrativo. São Paulo: Bushatsky Editor, 1972.

BELLO, Oliveira. **Imprensa Nacional 1808-1908**: apontamentos históricos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). Métodos de pesquisa; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.

IMPrensa NACIONAL. **Dicionário Eletrônico**. Brasília: Imprensa Nacional, 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dicionario-eletronico/-/diario-oficial-da-uniao>. Acesso em: 18 jul. 2022.

MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. **Transparência administrativa**: publicidade, motivação e participação popular. São Paulo: Saraiva, 2004.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 33 ed. Atualizada por

Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOOERS, Calvin. Zatocoding applied to mechanical organization of knowledge. **American Documentation**, v. 2, n. 1, jan. 1951, p.20-32. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.5090020107>. Acesso em: 17 jul. 2022.

MORAIS, Marília Mendonça. Princípio da Publicidade. *In*: ROSA, Renata Porto de Adri *et al.* **Princípios Informadores do Direito Administrativo**. São Paulo: NDJ, 1997.

SOUTO, Darlan Rodrigues. **Evolução da linguagem nas comunicações oficiais no âmbito do Governo do Distrito Federal, de 1988 a 2011. 2011.** 2011. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/2686>. Acesso em: 18 jul. 2022.

VIEIRA, S.B. **La recuperación automática de información jurídica: metodología de análisis lógico-sintáctico para la lengua portuguesa.** 1994. 382 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Facultad de Ciencias de la Información, Departamento de Periodismo III, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1994. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/514431>. Acesso em: 17 jul. 2022.